

FINANCIAMENTO EXTERNO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS PAÍSES DO BRICS

Maria Cândida Arrais de Miranda Mousinho

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Energia e Ambiente (PGEAm) e do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC), ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e consultora da CEPAL no Ipea.
E-mail: <mcadmm@yahoo.com.br>; <maria.candida@ifba.edu.br>.

André Pires Batista Coelho

Pesquisador do Laboratório de Análise de Política Internacional da Universidade Federal da Bahia (Labmundo/UFBA).
E-mail: <andre.coelho@ufba.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2864>

Considerando-se as projeções para as próximas décadas, que indicam o aumento da demanda global por energia, bem como os desafios pós-pandemia para que sejam atingidos os compromissos da Agenda 2030, a transição energética se tornou inexoravelmente uma questão crucial para o mundo. Alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento, ao longo das últimas duas décadas, vêm aumentando sistematicamente seus investimentos em energias renováveis, o que não significa, entretanto, que a travessia para uma economia de baixo carbono esteja a “pleno vapor”. O processo de transformação de uma economia pautada fundamentalmente na produção e no consumo de recursos naturais de origem fóssil para uma economia de baixo carbono exige avanços técnicos, tecnológicos e socioeconômicos, além de uma reflexão sobre a forma como os sistemas de energia operam, tendo em vista que o fornecimento ininterrupto de energia é condição *sine qua non* para que a economia global funcione. Esse processo torna-se ainda mais complexo pela gama de agentes envolvidos, isto é, sociedade, governos e setor privado.

Os países considerados desenvolvidos são fundamentais na trajetória para uma transição energética global e segura e, nesse contexto, os BRICS também têm inquestionável relevância no processo de transição energética: pela sua representatividade econômica, ambiental e social, esses Estados estão no centro de gravidade da produção e do consumo de energia.

Ante a conjuntura supracitada, cabe inquirir como as principais economias globais se inter cruzam com os países que compõem o BRICS em relação ao financiamento para a transição energética nestes países.

Este texto é resultado da pesquisa que buscou identificar os principais financiadores internacionais para a transição energética nos países que compõem o BRICS, no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O trabalho ora apresentado também tenciona instigar o leitor a refletir sobre o discurso da necessidade de se implementar a transição energética e o que de fato é implementado, diante da identificação da ajuda internacional dos países desenvolvidos às nações do BRICS.

A metodologia adotada se pautou na revisão de literatura aliada às informações obtidas na prospecção das três bases de dados escolhidas para a realização de análises quantitativas, mediante a sumarização de cálculos estatísticos. O período de análise abrangeu o horizonte temporal entre os anos de 2000 e 2020. As três bases de dados foram extraídas de sítios internacionais, os quais possuem informações sobre projetos executados com financiamento internacional nos países do BRICS. As bases foram cruzadas, e seus dados aglutinados para a realização das análises qualitativas.

Entre os principais resultados deste trabalho, destacou-se a representatividade da Alemanha como principal financiador individual de projetos voltados para transição energética nos países do BRICS, além do papel das instituições pertencentes ao Banco Mundial, que representaram 60% de todo o montante disponibilizado para o financiamento dos projetos pesquisados. Ademais, verificou-se que a Índia foi o país do BRICS que mais recebeu financiamento internacional para projetos de transição energética, respondendo por cerca de 56% de todos os valores obtidos no período analisado.

SUMEX

O total de valores disponibilizados para financiamento no intervalo de tempo estudado, mesmo que relativamente pouco representativo em relação ao tamanho das economias em foco, possui tendência de crescimento, uma vez que passou de uma média inferior a US\$ 500 milhões, ao longo da primeira década do século XXI, para um pico de financiamentos executados de US\$ 3,8 bilhões em 2016.

Para além da retórica positiva de compromissos assumidos pelos países desenvolvidos em fóruns internacionais, à luz do discurso sobre as mudanças climáticas, pode-se ressaltar que os valores de financiamento disponibilizados por esses países ficaram aquém da promoção de uma transição energética segura, urgente e concreta nos países do BRICS. Deve-se sublinhar que o Brasil e a China possuem relativa estrutura de financiamento interno já desenvolvido. Ressalte-se, ademais, que a China é pioneira não só em relação à multiplicidade de formas de financiamento – inclusive com parte de uma estrutura desenvolvida para internacionalização via Belt and Road Initiative (BRI) –, mas é também atuante na promoção do desenvolvimento de tecnologias limpas de forma endógena.

Apesar dos investimentos em energias renováveis nas últimas décadas, os combustíveis fósseis ainda dominam preponderantemente a matriz energética global e ocupam um percentual relevante nas matrizes dos países do BRICS. O Brasil destaca-se globalmente por sua matriz elétrica ser considerada majoritariamente renovável, apesar da sua dependência excessiva em hidroeletricidade. Nesse contexto, cabe sublinhar que, no mundo, de acordo com REN21 (2021), os investimentos em combustíveis fósseis, nos pacotes de recuperação da covid-19, foram seis vezes maiores do que o nível de investimentos alocados em energia renovável.

Para alavancar a transição energética, além de se intensificarem ações conjuntas e coordenadas entre os países, é preciso aumentar o aporte dos recursos e o conhecimento em análise de risco atrelado à eficiência dos recursos na área. Ademais, a viabilização de mercados (compras públicas verdes), o apoio à pesquisa e desenvolvimento e o fortalecimento de políticas públicas no âmbito da governança global são essenciais.

Evidenciar para as comunidades acadêmica, política e de gestores quem são os principais financiadores para uma economia de baixo carbono na esfera da OCDE – e, no caso deste estudo, enfocando o BRICS –, não só traz novos objetos a serem estudados e planejados, mediante o mapeamento dos financiamentos ou da rede de financiamentos, mas também indica que a liderança da transição energética global deve ser compartilhada no discurso e na prática, e que a cooperação, seja multilateral, seja bilateral, torna-se a principal estratégia no processo de transição energética global.

Este texto é o produto final da pesquisa concernente ao Programa Executivo de Cooperação realizada entre a CEPAL e o Ipea, em políticas públicas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil e da América Latina orientadas pela Agenda 2030 das Nações Unidas, contemplando também as Propostas dos Desafios para a Nação Brasileira, do Ipea.

REFERÊNCIA

REN21 – RENEWABLES 2021. **Renewables 2021:** global status report. Paris: REN21 Secretariat, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3uNTyKH>>.